

SUMÁRIO

1

Diálogo competitivo: a nova modalidade de licitação pode contribuir para melhores contratações pela nossa Administração Pública?.....	29
--	-----------

Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho | Alexandra Fuchs de Araújo

1. Introdução	29
2. Estado da arte em termos de contratação pública: insuficiência do formalismo da Lei 8.666/93, seja para evitar desvios, seja para garantir melhores compras para a Administração	31
3. Diálogo Competitivo: o que é, para que serve e perspectivas	34
4. Conclusão	46
Bibliografia.....	47

2

O diálogo competitivo como nova modalidade licitatória: análise crítica dos instrumentos de participação da iniciativa privada na elaboração de projetos de infraestrutura 51

André Luiz dos Santos Nakamura

Introdução	51
1. O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) e a Manifestação de Interesse Privado (MIP)	52
2. O diálogo competitivo	59
3. Desafios e riscos ao uso da iniciativa privada para a estruturação de projetos de infraestrutura	62
Conclusão	74
Referências	75

3

O processo de padronização e o instituto do “carona” 79

Christianne de Carvalho Stroppa | Gabriela Verona Pércio

1. Introdução	79
2. A padronização na Lei nº 14.133/2021	82
2.1. Padronização e indicação de marca na Lei nº 14.133/2021 ...	86
2.2. O catálogo eletrônico de padronização de compras, obras e serviços.....	88
2.3. O processo de padronização	89
3. A possibilidade de adesão ao processo de padronização de outra Administração.....	93
4. Conclusão	95
Referências	96

4

A contratação integrada na Lei nº 14.133/21: Avanços e desafios do novo diploma legal..... 99

Cristiano Borges Castilhos | Luciana Guedes Vieira

Introdução.....	99
1. Contexto histórico de criação do instituto.....	100
2. A Contratação Integrada e suas especificidades na legislação.....	102
2.1. A Lei nº 12.462/2011 e o Decreto nº 7.581/11.....	103
2.2. O advento da Lei nº 14.133/21 e as modificações por ela promovidas	109
3. Avanços e desafios decorrentes da nova legislação.....	111
Considerações Finais.....	117

5

A negociação pré-contratual na Nova lei geral de licitações e contratos administrativos..... 119

Egon Bockmann Moreira | Leila Cuéllar

1. Introdução	119
2. As várias modalidades de negociações licitatórias: da coletiva à individual.....	121
3. As negociações pré-contratuais nas licitações na legislação brasileira	125
4. As peculiaridades da negociação pré-contratual no projeto da nova Lei geral de licitações e contratos administrativos (PL 4253/2020)	127
5. Considerações finais.....	132

6

Dois aspectos importantes da Lei 14.133/21: regulamentação e convivência dos sistemas 135

Flávio Amaral Garcia | Rodrigo Zambão

1. A Lei nº 14.133/21 e a função regulamentar 136
2. A Lei nº 14.133/21 e o direito intertemporal 143

7

Os meios alternativos de solução de controvérsias na Lei nº 14.133/2021 147

Gustavo da Rocha Schmidt

1. Introdução 147
2. Escorço histórico..... 149
3. Os meios alternativos de solução de controvérsias na Lei nº 14.133/2021 156
 - 3.1. Tribunal Multiportas (art. 151, *caput*) 156
 - 3.2. Limites objetivos ao uso das ADRs nas contratações estatais (art. 151, p.u.)..... 160
 - 3.3. Arbitragem de direito (art. 152)..... 163
 - 3.4. O princípio da publicidade (ainda o art. 152)..... 165
 - 3.5. Possibilidade de aditamento contratual (art. 153) 169
 - 3.6. Processo de escolha dos árbitros e dos membros dos *dispute boards* (art. 154)..... 171
 - 3.7. O papel e a escolha das câmaras arbitrais..... 173
4. Conclusões..... 178

8

Nova Lei de Licitações: governança e *compliance* das compras públicas 181

Humberto E. C. Mota Filho

1. Introdução	181
2. Nova Lei de Licitações: governança e <i>compliance</i> das compras públicas	184
3. Planejamento	188
4. Transparência	192
5. <i>Compliance</i> e Controle	195
6. <i>Accountability</i> e Controle	198
7. Considerações finais.....	200
Referências bibliográficas	202

9

Quadro de responsabilidades na Nova Lei de Licitações 205

Igor Sant'Anna Tamasauskas

1. Introdução	205
2. Processo como registro dos atos praticados	207
3. Quadro de responsabilidades na nova lei	211
4. Vícios na contratação: fraude	221
5. Vicissitudes não puníveis.....	224
6. Conclusões	225
Referências bibliográficas	226

10

Quatro pontos promissores para os efeitos econômicos da Nova Lei de Licitações e Contratações da Administração pública	229
---	------------

Jessé Torres Pereira Junior | Flávio Amaral Garcia

11

Nova lei – Novos princípios	239
--	------------

Luiz Felipe Hadlich Miguel

1. Introdução	239
2. Princípios – da velha e da nova lei.....	240
3. Princípios servem para solucionar problemas, não para criá-los..	242
4. Brevíssimas considerações sobre os princípios constantes da nova lei.....	243
5. Como viver em um ambiente de extrema permeabilidade psicológica.....	246
6. À guisa de conclusão	246
Bibliografia.....	247

12

A alocação dos riscos e sua securitização na Nova Lei de Licitações e Contratos 249

Márcio Monteiro Reis

1. Introdução 249
2. O tratamento clássico do risco nos contratos administrativos e o estágio anterior ao advento da Lei nº 14.133/2021 251
3. Uma compreensão mais moderna do risco contratual e a teoria dos contratos incompletos: a introdução de uma matriz contratual de riscos 255
4. A Lei nº 14.133/2021 e o tratamento da alocação de riscos..... 260
5. A preferência legal pela securitização dos riscos contratuais..... 268
6. Conclusão 274

13

As exigências de qualificação técnica no novo marco legal das licitações 277

Marinês Restelatto Dotti

1. Introdução	277
2. Estudos técnicos preliminares.....	278
3. Requisitos de qualificação técnica previstos no novo marco legal das licitações.....	279
4. Qualificações técnico-profissional e técnico-operacional.....	283
5. Licitação dividida em grupos ou itens.....	284
6. Atestado de responsabilidade técnica.....	288
7. Prova de quitação de anuidades junto ao conselho de fiscalização profissional.....	289
8. Indicação das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis	290
9. Certificação.....	290
10. Comprovação da qualificação técnico-operacional por meio da apresentação de certidões ou atestados	292
11. Parcelas de maior relevância ou valor significativo.....	292
12. Local específico de execução e limitações de tempo.....	293
13. Registro ou inscrição na entidade profissional competente	294
14. Comprovação de experiência mínima em contratações de serviços contínuos	295
15. Comprovação de capacidade técnica em gestão de mão de obra	296
16. Vistoria ou visita técnica.....	297
17. Encaminhamento da documentação	299
18. Conclusão	300
Referências	301

14

A duração dos contratos na Nova Lei de Licitações..... 303*Rafael Carvalho Rezende Oliveira | Erick Halpern*

1. Introdução	303
2. A duração dos contratos administrativos.....	305
3. A regra geral da duração contratual.....	309
4. Hipóteses excepcionais de contratos com prazo superior a 1 (um) ano	312
4.1. Projetos previstos no Plano Plurianual.....	313
4.2. Serviços e fornecimento contínuo.....	314
4.3. Contratos com duração de até 10 (dez) anos e dispensa de licitação	323
4.4. Contratos em que o Poder Público seja usuário de serviços públicos delegados sob o regime de monopólio.....	324
4.5. Contratos de atribuição e contratos de eficiência	326
4.6. Prorrogação automática nos contratos de escopo.....	328
4.7. Contratos sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado	330
4.8. Contratos de operação de sistemas estruturantes de tecnologia da informação	331
5. Considerações finais.....	331
Referências bibliográficas	332

15

O Direito Ambiental na nova Lei de Licitações (avanços e riscos) 335*Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas*

1. Direito ambiental e licitações: panorama até a aprovação da Lei 14.133/21 335
2. Licitação, contratação e sustentabilidade na nova lei 341
 - 2.1. Sustentabilidade quanto ao objeto 343
 - 2.2. Sustentabilidade quanto à execução do contrato 344
 - 2.3. Sustentabilidade quanto à seleção da proposta 345
3. Licenciamento e licitações 347
 - 3.1. Introdução 347
 - 3.2. O atraso nas obras em decorrência de atraso no licenciamento e suas consequências 349
4. Outros contatos entre a nova lei de licitações e o direito ambiental 351
5. Conclusões 354

16

Custo de oportunidade na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos brasileira no setor de saneamento 357*Thaís Marçal | Rodrigo Loureiro*

17

Do controle das contratações públicas e o assessoramento jurídico	361
--	------------

Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho

1. Da despesa pública.....	361
2. Do assessoramento jurídico	367
3. Conclusão	376
Bibliografia.....	378